

Pecuária

Bem-estar animal

AS PREOCUPAÇÕES dos consumidores com relação à prática do bem-estar animal não é um fenômeno novo. Algumas tribos indígenas da Austrália e os dos Estados Unidos, além de religiões como o hinduísmo, estabeleciam rituais sagrados para sacrificar os animais. Na Grã-Bretanha, em 1824, existia a Sociedade Para a Prevenção de Crueldades em Animais. Mas, durante os últimos 20 anos, grupos de consumidores dos países mais desenvolvidos trouxeram à baila o bem-estar animal.

Com a conquista crescente de uma vida e alimentação mais saudável, as atenções recaem sobre a produção e o processamento dos alimentos e seus impactos no meio ambiente, no trabalho humano e no bem-estar animal. Surge uma demanda por alimentos feitos com determinadas técnicas de produção.

A prática do bem-estar animal tem como foco o direito do animal viver livre e sem a interferência do homem. Alguns grupos chegam ao extremo de defender uma completa proibição do uso de animais nas atividades econômicas. Mais moderados, outros defendem práticas para o bem-estar do animal utilizado para fins alimentares.

Europa

Os legisladores da União Européia estão cada vez mais sensibilizados com o bem-estar animal. Com maior ou menor velocidade, outros países seguem a mesma linha de raciocínio. As razões econômicas para justificar a existência de leis para o bem-estar animal ocorrem quando os indivíduos e as sociedades se beneficiam

com a sua aplicação. As preocupações envolvem a fases de produção, o transporte e o abate.

O crescimento do segmento de mercado de produtos amigos do ambiente e os boicotes contra empresas sem padrão de trabalho adequado são exemplos de como os consumidores são sensíveis em relação aos métodos de produção dos bens que eles compram.

As empresas buscam levar mais informações ao consumidor sobre a forma como os alimentos são feitos, até porque o preço dos alimentos produzidos para melhor atender o bem-estar animal são mais caros.

Certas redes varejistas comunicam os consumidores quais as carnes provenientes de animais abatidos de acordo com os padrões de bem-estar animal, enquanto estudos apontam uma produção maior de carnes de melhor qualidade com esse regime de produção.

Normalmente, há um interesse natural em informar a qualidade do produto, com marcas e diferenciações, mas o mesmo não acontece com as qualidades indesejáveis. À medida que o consumidor associa a empresa com a qualidade dos seus produtos, a disponibilidade de informação passa a ser uma estratégia a ser pensada.

Um governo pode se inclinar a regulamentar a produção animal quando sente que as empresas não levam uma informação de qualidade para o consumidor e conta com instituições para evitar fraudes.

Além desses dois pontos, o governo teria de conhecer se os benefícios do bem-estar animal compensam o fato de

o consumidor pagar mais caro. É uma tarefa difícil, pois envolve o estabelecimento de critérios, com pesquisas e estudos. Uma medida seria a melhoria na saúde, redução do estresse e a qualidade da ingestão alimentar.

Five freedom

Nos anos 70, uma comissão do governo britânico elaborou um documento (Five Freedom) que aponta cinco pontos relacionados com o bem-estar animal:

1. Sede, fome e má nutrição;
2. Desconforto;
3. Dor, injúria e doença;
4. Comportamento (convivência em espaço adequado e com animais da própria espécie);
5. Medo e estresse.

As leis de bem-estar animal na produção pecuária já fazem parte do código legal de algumas nações, apesar de variarem na sua amplitude e detalhamento. Em alguns casos apenas generalizam a proibição da crueldade com os animais. Em outros especificam com grande precisão os métodos para serem usados no trato e nas instalações dos animais.

Nos EUA, os animais usados na produção de alimentos seguem o Humane Slaughter Act (Lei do Abate Humano) de 1958, com especificações sobre como eles devem ser tratados no abate. Em ação voluntária, organizações como Instituto Americano de Carne e a União dos Produtores de Ovos montaram um guia de manuseio dos animais.

Enquanto a Nova Zelândia incluiu o Five Freedoms em sua legislação, o Japão e a Austrália possuem leis de bem-estar

Exemplos de legislação para padrões de bem-estar animal

Pais e região	Padrões
California Penal Code, Maine Statutes	Nutrição e exercícios na criação Sem tortura e trabalho excessivo
Japan's Law Concerning the Protection and Control of Animals, 1973	Crueldade e abandono
US Humane Slaughter Act, 1958	Tratamento no Abate
European Convention for the Protection of Animals for Slaughter, Directive 1993	Condições da instalação Processo de abate
Austrália	Área e confinamento das criações
European Convention for the Protection of Animals Kept for Farming Purposes, Directive 1993	Movimentação, luminosidade, circulação do ar e limpeza
European Council Directive, 1999	Espaçamento mínimo nas criações
European Convention for the Protection of Animals During International Transport, Directive 1993	Intervalos para alimentação e características do espaço

animal. Nos anos oitenta, países europeus assinaram um tratado sobre essa prática. Como muito deles faziam parte do Council of Europe, uma organização com relações além do bloco, a introdução do documento na legislação da UE foi apenas questão de tempo.

Quanto custa

Como ditam regras sobre as suas execuções, as práticas de bem-estar animal afetam os custos de produção e de abate. Acontece que, por razões competitivas, as empresas sempre buscam tecnologias com menores custos e de maior produtividade. Por isso, quando os atos mandatórios sobre métodos de produção aumentam custos, tendem a sofrer maior resistência em sua aceitação.

Um aspecto sensível na aplicação das políticas do bem-estar animal é o risco das empresas sujeitas a essa regulamentação perderem participação de mercado, pois arcam com maiores custos.

Uma das saídas é a montagem de *lobby* específico para compensar as perdas, que muitas vezes engrossam as vozes dos ativistas da causa do bem-estar. Os objetivos dos dois grupos são incomuns, mas juntos a capacidade de pressão sobre o governo aumenta substancialmente.

Logo após baixar uma legislação sobre bem-estar animal, em 1998, a UE apresentou as suas primeiras propostas na Or-

ganização Mundial de Comércio (OMC). O bloco sugeriu a formação de acordo internacional para negociar a questão, pois sabia que perderia competitividade para outros países com diferentes padrões.

A generalização da exigência na aplicação das regras parte dos países desenvolvidos altera o fluxo das importações de seus parceiros comerciais. Se houver redução nas compras, os preços caem nos países exportadores, enquanto nos países importadores os preços sobem. O impacto vai depender do volume de comércio existente sem a aplicação dessa legislação.

Como seus consumidores não possuem renda para atender ao bem-estar animal, os países em desenvolvimento mostram sua preocupação em respeitar essa política padrão e uma dose de ceticismo em discutir essa matéria na OMC.

Rotulagem

Por sua vez, a OMC costuma analisar as regulamentações sob o ponto de vista de verificar se geram mecanismo de distorções comerciais. Duas alternativas têm sido propostas: rotulagem e subsídios.

A rotulagem é um caminho para a negociação de diferentes padrões de produtos e processos entre parceiros comerciais, mas é preciso cuidado na divulgação das informações para não confundir os consumidores.

Termos vagos como crueldade e espaços livres precisariam ser padronizados para informar os consumidores. Isso, porém, não é suficiente. Um consumidor bem informado pode não mudar seu comportamento de compra se o adicional de preço no produto não satisfazê-lo.

Já o subsídio proporcionaria mais competitividade em preços dos produtos produzidos com maiores custos de produção sob a prática de bem-estar animal. A questão é se essa política provocaria distorções comerciais. Nas discussões entre os membros do Parlamento Britânico há duas vertentes:

- Os subsídios para a produção devem ser menores para aumentar a prática de bem-estar animal e reduzir o excesso de produção e a agricultura intensiva;
- A concessão de subsídio sem restrição não necessariamente aumentaria a prática. O recurso poderia ser destinado para outros custos da propriedade.

Os subsídios gastos no bem-estar animal constituem ônus para o orçamento do governo. Como estabelecer esse valor, se é difícil determinar o padrão de bem-estar para os animais que a sociedade deseja? Um excesso de gastos com subsídios pode comprometer recursos para outros programas que a sociedade prioriza.

Em suma, os países desenvolvidos mostram preocupação com o bem-estar animal e aplicam uma regulamentação específica sobre a matéria, para atender aos desejos de parte dos indivíduos e da sociedade. Isso pressiona os custos de produção e os consumidores terão de suportar maiores gastos.

Em consequência, os fluxos comerciais são afetados. Seus parceiros comerciais enfrentam políticas protecionistas para exportar e sofrem pressão para adotar políticas similares. O impacto depende do tamanho dos fluxos de produtos. Como políticas alternativas existem:

1. A rotulagem, que pode satisfazer metas individuais, mas não da sociedade;
2. Os subsídios, que atendem ambas as metas, mas seus efeitos no comércio mundial dependem dos métodos de implementação. ■